



Of.AEJ. 029/2016

Sr. Presidente do Conselho Municipal do Plano Diretor
Eng. Luiz Antonio Pelegrini Bandini
cc.: Sra. Secretária de Planejamento e Meio Ambiente
Arq. Daniela da Camara Sutti

Ref. Parecer sobre o Plano Diretor Participativo

Histórico

1ª Fase. No início do processo do Plano Diretor Participativo, em 2014, foi solicitado pela SMPMA às entidades participantes do Conselho Municipal do Plano Diretor que respondessem a um questionário para compor o diagnóstico do Município, cujo conteúdo elaborado pela AEJ e CREA segue em anexo.

Como resumo dos problemas e sugestões apresentados por estas entidades, na fase de coleta de informações, via questionário em 2014, temos o que vem a seguir:

- Indicação de que alguns serviços essenciais tais como **transporte, saúde educação e segurança pública** estão chegando ao limite de sua capacidade.
- No que se refere à **mobilidade urbana**, existem enormes gargalos em nossa malha viária, comprometendo o deslocamento, a qualidade de vida dos cidadãos e a competitividade do Município.
- Quanto aos **recursos hídricos**, há uma preocupação crescente em função do crescimento populacional, já que dependemos de outorgas e outros meios para garantir o fornecimento de água aos munícipes.

Com respeito à **expectativa destas entidades quanto ao desenvolvimento do Município**, uma das sugestões é a criação e implantação de um **Plano Diretor Viário**, cuja proposta objetiva uma circulação mais adequada e amigável entre os vários meios de transporte e entre todas as regiões do Município. A atual lei de uso e ocupação do solo, além de ser baseada na setorização, também é vinculada ao sistema viário e à classificação de vias. Não temos um Plano que defina uma proposta de curto, médio e longo prazos do nosso sistema viário, nem definições sobre **diretrizes viárias** que contemplem um projeto integrado de circulação para o Município. Isso é fundamental para que diretrizes de uso e ocupação do solo sejam determinadas e constantemente atualizadas de forma a permitir a **disponibilização, agilidade e transparência das informações**.

Além disso, outras sugestões foram a de **coibição de leis de regularização** e uma política de **fiscalização com suporte jurídico, que seja estruturada, integrada e preventiva**, evitando-se abusos e garantindo-se as metas e objetivos do Plano Diretor proposto.

Nos itens sobre **orientação do crescimento e expansão urbana e critérios e parâmetros para estabelecer o desenvolvimento econômico do município**, estas entidades sugeriram que, antes de tudo, fosse definida a **vocação do Município**. Neste contexto, a sugestão baseou-se na escolha de três eixos prioritários: **econômico**, com desenvolvimento econômico sustentável alinhado à vocação da cidade e com a geração de mais empregos, renda e arrecadação; **social** e **ambiental**, não deixando de considerar que, somente o desenvolvimento econômico sustentável da cidade pode garantir tanto a questão do equilíbrio social quanto a preservação do meio ambiente.

Of.AEJ. 029/2016

Finalmente, no que se refere a **articulações e parcerias necessárias para melhorar os problemas apontados**, a sugestão foi a de criação de uma **autarquia municipal, com estrutura para elaboração, detalhamento e acompanhamento da execução de ações e soluções** de forma contínua, principalmente no que se refere ao uso e ocupação do solo, sistema viário e transporte, entre outras questões. Além disso, a **aproximação junto à iniciativa privada e às universidades, faculdades e escolas técnicas** visando à formação de mão de obra especializada não só para suprir o setor privado como também o público.

2ª Fase. Após a realização de inúmeras oficinas com o objetivo de debater e colher propostas dos delegados representantes da sociedade civil, entidades de classe, sindicatos, governo, etc., **a SMPMA, finalmente elaborou a minuta do PDP**, desconhecida até então pelos delegados, e a disponibilizou no site da prefeitura, no final de **dezembro de 2015**. Iniciou-se, então, em janeiro de 2016, a fase de leitura, consenso e solução de conflitos do conteúdo propriamente dito do PL do PDP, através de inúmeros encontros dos delegados e membros da SMPMA. Estes culminaram no Congresso da Cidade, realizado em março, onde o processo foi finalizado.

Na fase de leitura e consenso, estas entidades - AEJ e CREA - apresentaram e protocolaram na Audiência Pública do executivo, em 25/01/2016 um documento com várias considerações a serem apreciadas pelo Sr. Prefeito e a Sra. Secretária da SMPMA, que segue em anexo.

Conclusão

Estas considerações levaram em conta a história de Jundiaí, desde sua fundação até o momento, assim como foi apresentada uma série de preocupações que, na visão destas entidades, precisam ser estudadas com maior profundidade, antes de serem incluídas no PDP. Reconhecemos o valor do processo participativo utilizado pelo governo, entretanto, o caráter técnico do olhar destas entidades não está contemplado no Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo.

Nesse sentido, com o intuito de preservar estas entidades quanto à possível co-participação na elaboração do plano proposto, vimos novamente reiterar nossa solicitação quanto ao que segue:

- Disponibilização de estudos técnicos que resultaram nas tabelas, quadros, índices e mapas, para entendimento da lógica que respalda o PL do PDP.
- Prazo suficientemente adequado, após o atendimento do item anterior, para que se possa fazer uma análise criteriosa e, então, contribuir de maneira mais efetiva, com o olhar do segmento que estas entidades representam.

Sem o atendimento dos temas abordados e as solicitações de nossas entidades (AEJ e CREA), não há como estas aprovarem o conteúdo do PL do PD, tal como se apresenta.

Jundiaí, 09 de maio de 2016.



Arq. Roberval Guitarrari
Representante AEJ



Engº Civil Adriano Ricardo Galzoni
Presidente AEJ



Engª Alimentos Liliãna de Camargo Traldi Bezerra
Representante CREA-SP